



A IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE PARA A MANUTENÇÃO DE UMA SAÚDE PÚBLICA PERMANENTE NO BRASIL

ANTONIO THIAGO BESERRA; GUSTAVO SILVA HONORATO; DAVI AQUINO DANTAS; EMANUELLY VIEIRA PEREIRA; DANIEL DE MORAIS TAVARES

RESUMO

INTRODUÇÃO: o presente trabalho justifica-se pela importância de averiguação e ratificação na literatura da essencialidade da Atenção Primária à Saúde (APS) no contexto brasileiro, recrudescendo a percepção da sua imprescindibilidade, que se fundamenta no trabalho de equipes multiprofissionais em um território adstrito e que desenvolve ações de saúde a partir do conhecimento da realidade local e das necessidades de sua população. **OBJETIVO:** analisar a importância da Atenção Primária à Saúde na manutenção de uma saúde pública permanente no Brasil. **METODOLOGIA:** trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo revisão narrativa da literatura. Por meio das palavras-chave, escolhidas mediante uma busca prévia na BVS, especificamente na parte dos DECS, com o fito de atestar que esses termos estavam disponíveis, foram pesquisados trabalhos nas bases de dados: SciELO, BVS e DATASUS, no qual foram selecionados apenas artigos e estudos que contivessem em seus títulos os descritores sinônimos; que suas publicações estivessem entre os anos de 2019-2023; que fossem escritos em Língua Portuguesa; e que albergassem a importância da APS para uma assistência à saúde permanente. **RESULTADOS:** dentro das análises bibliográficas, observou-se que, graças à capilaridade da APS, o Sistema Único de Saúde (SUS), apesar de todas as dificuldades, conta com mais de 73% dos municípios com cobertura maior que 90% no nível primário, sendo que 2998 municípios já têm 100% de cobertura populacional, ratificando a importância da APS na manutenção de uma de saúde pública permanente no Brasil. **CONCLUSÃO:** a APS ainda possui desafios importantes a serem enfrentados para a sua consolidação na forma de cobertura integral. Portanto, é essencial que o Estado brasileiro recrudesça seus investimentos no fortalecimento desse nível de atenção, haja vista o fato de que essa política pública mostra-se como primordial para a longitudinalidade da assistência à saúde. Com isso, nessa lógica, os impasses que ainda persistem poderão ser mitigados e convertidos em resultados cada vez mais promissores.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; Centros de Saúde; Estratégia Saúde da Família; Saúde Pública; Sistema Único de Saúde.

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito político, possui uma direção única em cada esfera de governo, além de ser descentralizado, com gestão tripartite, haja vista o fato de a União, os estados e os municípios atuarem de forma coordenada para o planejamento e a execução das políticas de saúde pública (RIBEIRO *et al.*, 2020).

No âmbito municipal, próximo aos usuários dos serviços de saúde, a secretaria municipal de saúde, em parceria com a coordenação da Atenção Básica, administra os

estabelecimentos de saúde que são a porta principal de atendimento do SUS. Essas unidades podem ser as Unidades de Saúde da Família (USF's), quando há, pelo menos, uma equipe de saúde da família (eSF); ou as Unidades Básica de Saúde (UBS's), que possuem equipes de atenção primária (eAP) (GIOVANELLA *et al.*, 2021).

A Atenção Primária à Saúde possui como funções: a Resolutividade – relacionada ao nível da atenção básica, trata de ela precisar ser capacitada, de forma cognitiva e tecnológica, com o fito de sanar mais de 80% dos problemas de saúde da população adscrita; a Comunicação – demonstra o papel de centro de logística comunicativa da Rede de Atenção à Saúde (RAS), no qual é necessário haver condições de ordenar os fluxos e contrafluxos de indivíduos dos produtos e dos dados entre diversos componentes da RAS; e a Responsabilização – que manifesta o conhecimento aprofundado, nos microterritórios sanitários, da população alvo, o exercício da gestão de base populacional e a responsabilização econômica e sanitária associada a essa população adscrita (BRASIL, 2019).

Além das funções, a APS possui atributos essenciais/nucleares, que são: acesso de primeiro contato do indivíduo com o sistema de saúde; integralidade da assistência; coordenação da atenção; e a longitudinalidade do cuidado, expressa por um ambiente de relação mútua de confiança ao longo do tempo. Ademais, há os atributos derivados da APS, sendo eles: atenção à saúde centrada na família (orientação familiar); orientação comunitária; e competência cultural, sendo imprescindível uma adaptação do provedor (equipe e profissionais de saúde) às características culturais especiais da população para facilitar a relação e a comunicação (FAUSTO *et al.*, 2022).

Desse modo, o presente trabalho justifica-se pela importância da averiguação e posterior ratificação na literatura acerca da essencialidade da Atenção Primária à Saúde no contexto brasileiro, recrudescendo a percepção da sua imprescindibilidade, que se fundamenta no trabalho de equipes multiprofissionais em um território adstrito e que desenvolve ações de saúde a partir do conhecimento da realidade local e das necessidades de sua população.

O trabalho em questão alberga relevâncias nas esferas: Sociais – por trazer à tona o debate sobre Atenção Primária à Saúde de uma forma didática e de educação em saúde; Acadêmica – por instigar a reflexão acadêmica sobre a imprescindibilidade da Atenção Primária à Saúde; e científica – principalmente por conta da metodologia utilizada e pelo embasamento teórico trazido pela pesquisa.

Portanto, objetiva-se analisar a importância da Atenção Primária à Saúde na manutenção de uma saúde pública permanente no Brasil

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo revisão narrativa da literatura. As palavras-chave utilizadas foram “Atenção Primária à Saúde, Estratégia Saúde da Família e Sistema Único de Saúde”. Antes da busca através desses descritores, foi realizada uma pesquisa na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), especificamente na parte dos Descritores em Ciências da Saúde (DECS) com o fito de averiguar se essas palavras estavam disponíveis.

A pesquisa descritiva tem por finalidade observar, registrar e analisar os sistemas técnicos estudados, sem, entretanto, entrar no mérito do assunto. Descreve-se com bastante precisão a realidade da população submetida à pesquisa, adentrando às opiniões, ideologias, atitudes, o que torna mais exequível o estabelecimento de novas abordagens (SEVERINO, 2007).

A pesquisa qualitativa, numa perspectiva geral, trata-se de um fenômeno que pode ser melhor compreendido no contexto em que acontece e do qual é parte, devendo ser averiguado num aspecto holístico. Nesse ínterim, o pesquisador vai a campo buscando analisar o objeto em estudo desde a perspectiva dos participantes da pesquisa, levando em consideração todos os

pontos de vista importantes. Inúmeros tipos de informações são coletados e esmiuçados para que se compreenda a dinâmica do foco do trabalho (GODOY, 1995).

Conforme Severino (2007), a revisão de literatura é, de uma maneira abrangente, a investigação dos estudos e das discussões de outros pesquisadores acerca do tema que será abordado no trabalho em questão. Nesse ínterim, pode-se alegar que se trata de uma contribuição das teorias de outros autores para o trabalho científico que está sendo desenvolvido.

As bases de dados utilizadas foram SciElo, BVS e DATASUS, no qual foram encontrados 1806 artigos, sendo selecionados apenas 58, pois: continham em seus títulos os descritores sinônimos; tinham suas publicações entre os anos de 2019-2023; estavam escritos no idioma materno (Língua Portuguesa); e albergavam a importância da APS para uma assistência à saúde permanente

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Atenção Primária à Saúde, apesar de se capilarizar em todos os estados, conforme consta no DATASUS (BRASIL, 2023a) ainda possui fortes desafios no cenário brasileiro, dentre eles, a desigualdade de cobertura entre as regiões, no qual apenas 53% são providos de cobertura total e que, apesar de mais de 73% dos municípios do país terem cobertura de APS, a região norte carece dessa mesma assistência, conforme salienta Barros (2023):

Mais de 73% dos municípios brasileiros tem cobertura da APS maior que 90%. 53% (2998 municípios) já têm 100% de cobertura populacional. Os principais gargalos ainda estão na região Norte e em uma região do interior de São Paulo.

Nesse ínterim, ressalta-se que nem todos os municípios brasileiros possuem condições financeiras e logísticas de implementarem as estratégias preconizadas pela Atenção Básica, principalmente em localidades classificadas como Municípios Rurais Remotos (MRR), no qual Fausto *et al* (2022) ressaltam que eles:

São pequenos municípios com áreas remotas e de difícil acesso, quase todos com mais da metade de sua população residindo fora da sede municipal. A rarefação e dispersão populacional nos interiores é fenômeno comum [...] Os serviços de APS constituem-se em único, principal e primeiro recurso procurado pelos usuários quando buscam por cuidado em saúde. Apesar da ESF estar implementada nos MRR, a provisão da APS em áreas mais remotas e de difícil acesso mostra-se desafiadora quando se almeja a cobertura universal. As dificuldades para disponibilizar serviços de APS em áreas de difícil acesso e com população rarefeita impõem aos gestores municipais a necessidade de criar alternativas organizacionais por dentro da ESF. Ainda assim permanecem áreas sem cobertura assistencial.

Na situação colocada por Fausto *et al* (2022), o enredo vivenciado extrapola os limites de gestão municipal, fazendo-se urgente a ajuda dos governos estadual e federal na complementação de verbas que auxiliem os MRR a enviarem profissionais médicos, enfermeiros e agentes comunitários de saúde, bem como todo equipamento de trabalho por eles solicitados, com o fito de atender a essas populações que, assim como os moradores das grandes metrópoles, são cidadãos brasileiros e, constitucionalmente, são iguais perante à lei.

Frente ao exposto, na defesa do SUS e da APS como principal porta de entrada dos serviços públicos de saúde, embasados na ética e na ciência, Soeiro *et al* (2020) explicam que:

Deste modo, acreditamos que o modelo de atenção primária com enfoque para a comunidade, baseada nas melhores evidências para a tomada de decisão dos gestores municipais e coordenadores de APS, visa promover a segurança de todos os

profissionais de saúde e das pessoas-em-cuidado.

Em um espectro mais amplo, Brasil (2023b) salienta que:

A Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de atenção em saúde e se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades.

Trata-se da principal porta de entrada do SUS e do centro de comunicação com toda a Rede de Atenção dos SUS, devendo se orientar pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização e da equidade. Isso significa dizer que a APS funciona como um filtro capaz de organizar o fluxo dos serviços nas redes de saúde, dos mais simples aos mais complexos.

No Brasil, a Atenção Primária é desenvolvida com o mais alto grau de descentralização e capilaridade, ocorrendo no local mais próximo da vida das pessoas. Há diversas estratégias governamentais relacionadas, sendo uma delas a Estratégia de Saúde da Família (ESF), que leva serviços multidisciplinares às comunidades por meio das Unidades de Saúde da Família (USF), por exemplo. Consultas, exames, vacinas, radiografias e outros procedimentos são disponibilizados aos usuários nas USF.

Colaborando com o exposto por Brasil (2023b), Giovanella *et al* (2021) alegam que:

É imprescindível, portanto, ativar ainda mais os atributos comunitários das equipes multiprofissionais da ESF [...] para a continuidade da atenção rotineira para quem dela precisa.

4 CONCLUSÃO

A Atenção Primária à Saúde ainda possui desafios importantes a serem enfrentados para a sua consolidação na forma de cobertura integral, dada a sua essência doutrinária de ter como um dos princípios a universalidade do acesso, razão pela qual ainda não é uma realidade em todos os locais da República Federativa do Brasil.

Entretanto, é inegável que se trata de uma política pública fundamental para a promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, mitigação de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, aprimorada através de atividades de cuidado integrado e gestão eficiente, desenvolvida com equipe multiprofissional, trabalhando de forma interdisciplinar, e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária.

Portanto, é essencial que o Estado brasileiro recrudesça seus investimentos no fortalecimento da Atenção Básica, haja vista o fato de que essa política pública mostra-se como primordial para a longitudinalidade da assistência à saúde. Desse modo, as dificuldades que ainda persistem poderão ser mitigadas e convertidas em resultados cada vez mais promissores no âmbito do sistema de saúde brasileiro.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. Analisando dados de cobertura da atenção primária à saúde no Brasil no início de 2023. **Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes)**. 2023. Disponível em: <https://cebes.org.br/atencao-primaria-a-saude-no-brasil-no-inicio-de-2023/30524/#:~:text=Mais%20de%2073%25%20dos%20munic%C3%ADpios, maior%20cob>

ertura%20%C3%A9%20o%20Piau%C3%AD. Acesso em 07 Ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 2.979, de 12 de novembro de 2019.** Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2019.

Ministério da Saúde. DATASUS. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. **Consulta de estabelecimento – identificação.** 2023. Disponível em: <https://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>. Acesso em: 07 Ago. 2023a.

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **O que é Atenção Primária?** 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/o-que-e-atencao-primaria>. Acesso em 06 Ago. 2023b.

FAUSTO, M. C. R.; GIOVANELLA, L.; LIMA, J. G.; CABRAL, L. M. S.; SEIDI, H. Sustentabilidade da Atenção Primária à Saúde em territórios rurais remotos na Amazônia fluvial: organização, estratégias e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 1605-1618, 2022.

FONSECA, R. M. G. S.; FORNARI, L. F., LOURENÇO, R. G.; LEANDRO, S. S. Desafios da atenção básica no cuidado à população em tempo de pandemia. **Enfermagem na atenção básica no contexto da COVID-19.** 2.ed.rev. Brasília, DF: Editora ABEn; 2020.

GIOVANELLA, L.; MARTUFI, V.; MENDOZA, D. C. R.; MENDONÇA, M. H. M. D.; BOUSQUAT, A.; AQUINO, R.; MEDINA, M. G. A contribuição da Atenção Primária à Saúde na rede SUS de enfrentamento à Covid-19. **Saúde em debate**, v. 44, p. 161-176, 2021.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

RIBEIRO, M. A.; CAVALCANTE, A. S. P.; MARTINS, A. F.; SOUSA, L. A.; CARVALHO, R. C.; CUNHA, I. C. K. O. Organização da Atenção Primária à Saúde para o enfrentamento da COVID-19: Experiência de Sobral-CE. **APS em Revista**, v. 2, n. 2, p. 177-188, 2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
SOEIRO, R. E.; BEDRIKOW, R.; RAMALHO, B. D. Z.; NIEDERAUER, A. J. J.; SOUZA, C. V. S.; PREVIATO, C. S.; MARTINS, D. B.; DIAS, T. M.; FREITAS, A. R. R.; DIMARZIO, G. Atenção Primária à Saúde e a pandemia de COVID-19: reflexão para a prática. **InterAmerican Journal of Medicine and Health**, v. 3, 2020.